

**Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.**  
**– em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras  
referente ao exercício findo em  
31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

1.	INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11
3.	FORNECEDORES.....	13
4.	CONTAS A PAGAR – CCEE .....	13
5.	PARTES RELACIONADAS .....	14
6.	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	14
7.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	14
8.	DESPESAS.....	15
9.	RESULTADO FINANCEIRO .....	15
10.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	15
11.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	15
12.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	17
13.	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	17

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia em fase pré-operacional)

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8	Fornecedores	3	11.796	7.801
Tributos a recuperar	78	-	Tributos a recolher		-	10
Total do ativo circulante	<u>81</u>	<u>8</u>	Contas a pagar - CCEE	4	11.616	6.907
			Outras contas a pagar	6	3.508	-
			Total do passivo circulante		<u>26.920</u>	<u>14.718</u>
			<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
			Contas a pagar - CCEE	4	6.898	8.946
			Partes relacionadas	5	-	1.876
			Total do passivo não circulante		<u>6.898</u>	<u>10.822</u>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>	7		
			Capital social		4.880	1.409
			Recursos para futuro aumento de capital		5.299	-
			Prejuízos acumulados		(43.916)	(26.941)
			Total do patrimônio líquido negativo		<u>(33.737)</u>	<u>(25.532)</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><u>81</u></u>	<u><u>8</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>		<u><u>81</u></u>	<u><u>8</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
DESPEAS			
Gerais e administrativas		(12)	(10)
Outras despesas		<u>(13.937)</u>	<u>(8.141)</u>
Total	8	(13.949)	(8.151)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		-	2
Despesas financeiras		<u>(3.026)</u>	<u>(2.103)</u>
Total	9	(3.026)	(2.101)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(16.975)</u>	<u>(10.252)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(16.975)	(10.252)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(16.975)</u>	<u>(10.252)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.409	-	(16.689)	(15.280)
Prejuízo do exercício		-	-	(10.252)	(10.252)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>1.409</u>	<u>-</u>	<u>(26.941)</u>	<u>(25.532)</u>
Aumento de capital	7.2	1.876	-	-	1.876
Recursos para futuro aumento de capital	7.3	-	6.894	-	6.894
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital	7.2 e 7.3	1.595	(1.595)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(16.975)	(16.975)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	7	<u>4.880</u>	<u>5.299</u>	<u>(43.916)</u>	<u>(33.737)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(16.975)	(10.252)
Ajustes para reconciliar prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Multa sobre ressarcimento	4.1	8.619	7.066
Juros sobre fornecedores e impostos		3.024	2.102
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(78)	-
Outros créditos		-	91
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.034	503
Tributos a recolher		(10)	10
Pagamento contas a pagar - CCEE	4.1	(6.021)	(395)
Outras contas a pagar	6	3.508	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(6.899)</u>	<u>(875)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	3, 13	-	-
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		-	-
Partes Relacionadas - ações resgatáveis		-	-
Mútuo com partes relacionadas - concedidos		-	-
Mútuo com partes relacionadas - recebidos		-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	6.894	-
Partes relacionadas	5, 7	-	883
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>6.894</u>	<u>883</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(5)</u>	<u>8</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3	8
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(5)</u>	<u>8</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
 Gina Abreu Batista dos Santos  
 Contadora CRC 027321-O-BA

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade empresária limitada controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III (“AS III”), do Grupo Renova, que representa as empresas sob controle direto ou indireto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar.

Em regime de autorização, terá toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Segundo Portarias nº 241, 242 e 285 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos, a partir de 1 de junho de 2015 para os parques Mulungu e Quina, e a partir de 25 de junho de 2015 para o parque Pau Santo.

1.1 Das autorizações e comercialização de energia

Em 20 de julho de 2015, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1º de outubro de 2017.

Parque eólico	Valores				Prazo			
	Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Mulungu	158.288	56.940	138,90	206,00	out/17	set/37	IPCA	outubro
Quina	224.038	80.592	138,90	206,00	out/17	set/37	IPCA	outubro
Pau Santo	126.630	45.552	138,90	206,00	out/17	set/37	IPCA	outubro

Com o objetivo de reduzir a necessidade de investimentos no médio prazo bem como mitigar os riscos financeiros e regulatórios decorrentes do atraso na entrega dos parques eólicos, e ainda otimizar o portfólio de contratos, a controladora Renova Energia definiu um plano que inclui priorizar a operação comercial de sua controlada que comercializou energia no Leilão de Energia de Reserva de 2014 (“LER 2014”).

Assim, a controladora Renova Energia solicitou a transferência da autorização e conseqüentemente, dos contratos de fornecimento dos parques eólicos Mulungu, Pau Santo e Quina, que comercializaram energia no LER 2014, da Companhia para as partes relacionadas Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“CE Itaparica”) e Centrais Eólicas Unha D’anta a Companhia S.A. – em recuperação judicial (“CE Unha D’Anta”) (notas 13.4 e 13.5).

Adicionalmente, em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de

2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da agência para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.

## 1.2 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a controladora indireta Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, que inclui a Companhia, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., no valor de R\$ 350.000;
- ii) alienação dos ativos UPI Fase B e UPI Brasil PCH;
- iii) alienação das UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos, finalizadas em junho e julho de 2022, respectivamente (nota 13.2);
- iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;
- v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Até a data de emissão desse relatório todos os 26 parques do Grupo Renova já estavam em operação comercial.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos realizados	Juros	Saldo em 31/12/2021
Classe III - credores quirografários	5.883	(6)	65	5.942

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Juros	Saldo em 31/12/2020
Classe III - credores quirografários	5.858	25	5.883

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.

- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

### 1.3 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$16.975 (2020, R\$10.252), possui prejuízos acumulados de R\$43.916 (2020, R\$26.941), passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$26.839 (2020, R\$14.710) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$33.737 (2020, R\$25.532).

O plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano, a Companhia retomou a obra e finalizou a construção do seu parque eólico.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### 1.4 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

A Companhia, cercada de todos os cuidados necessários, retomou a construção do seu parque eólico que gerará energia para atender ao mercado livre.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

### 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2022.

### 2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### 2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo

valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 3); e
- Contas a pagar - CCEE (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 5).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo

afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

#### 2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 3. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	15.307	7.800
Fornecedores recuperação judicial	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>15.308</u>	<u>7.801</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$1 – Classe III.

### 4. CONTAS A PAGAR – CCEE

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CCEE	18.514	15.853
Apresentado como:		
Circulante	11.616	6.907
Não circulante	<u>6.898</u>	<u>8.946</u>
Total	<u>18.514</u>	<u>15.853</u>

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$5.940 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

O contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Companhia e a CCEE estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão do parque eólico. Os valores são determinados com base nos termos do CCEAR assinado entre as partes.

#### 4.1 Movimentação:

Saldo em 31/12/2020	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização sobre Ressarcimento	Saldo em 31/12/2021
15.853	8.619	(6.021)	63	18.514

  

Saldo em 31/12/2019	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização sobre Ressarcimento	Saldo em 31/12/2020
9.157	7.066	(395)	25	15.853

#### 5. PARTES RELACIONADAS

	Passivo 31/12/2020
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	
Renova Energia	1.876

Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Renova Energia na Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

#### 6. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Valor provisionado em favor da CCEE no montante de R\$3.508 referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques eólicos Pau Santo, Quina e Mulungu. Esse saldo foi publicado pela ANEEL em 17 de outubro de 2022. A apuração está sendo questionada na ANEEL através da ABEEólica.

#### 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### 7.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$4.880 (2020, R\$1.409) e está dividido em 4.879.943 (2020, 1.408.975) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

##### 7.2. Aumento de capital

No exercício de 2021 as acionistas da Companhia aprovaram dois aumentos de capital:

1. Em 22 de março de 2021: aumento de capital no montante de R\$1.876, mediante a emissão de 1.875.869 novas quotas totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Renova Energia com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital
2. Em 06 de maio de 2021: aumento de capital no montante de R\$1.595, mediante a emissão de 1.595.099 novas quotas totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Renova Energia com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital

##### 7.3. Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Diamantina, no montante de R\$6.894, dos quais R\$1.595 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$5.299, será capitalizado até a realização da reunião de sócias que aprovará as contas referentes ao exercício findo de 2021.

## 8. DESPESAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Impostos e taxas	12	10
<u>Outras despesas</u>		
Multa sobre ressarcimento (nota 4.1)	8.619	7.066
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	1.887	1.075
Penalidades contratuais e regulatórias (nota 6)	3.508	-
Outras despesas	(77)	-
	<u>13.937</u>	<u>8.141</u>
Total	<u><u>13.949</u></u>	<u><u>8.151</u></u>

## 9. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Atualização monetária	-	2
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(3.024)	(2.102)
Despesas bancárias	(2)	(1)
Total das despesas financeiras	<u>(3.026)</u>	<u>(2.103)</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>(3.026)</u></u>	<u><u>(2.101)</u></u>

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(8.366)	(8.150)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(13.740)</u>	<u>(5.590)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(22.106)</u></u>	<u><u>(13.740)</u></u>

## 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

## a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	8	3	8
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	11.796	7.801	11.796	7.801
Não circulante				
Partes relacionadas	-	1.876	-	1.876

## b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	8	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	11.796	-	7.801
Não circulante				
Partes Relacionadas	-	-	-	1.876

## c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

## d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

## 12. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2021
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	7.2	1.876

## 13. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 13.1 Mudança da composição do controle da controladora indireta Renova Energia

#### 13.1.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da parte relacionada Renova Comercializadora, pelo valor total de R\$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Renova Energia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova Energia.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Renova Energia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Companhia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Renova Energia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Renova Energia.

#### 13.1.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Renova Energia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Renova Energia passará a ser da seguinte forma:

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÃ VII LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia em fase pré-operacional)

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	47,47%	-	0,00%	26.356.007	24,07%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
<b>Outros Acionistas</b>	<b>29.165.861</b>	<b>52,53%</b>	<b>53.958.180</b>	<b>100,00%</b>	<b>83.124.041</b>	<b>75,93%</b>
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo <sup>1</sup>	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
<b>Total</b>	<b>55.521.868</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.958.180</b>	<b>100,75%</b>	<b>109.480.048</b>	<b>100,37%</b>

<sup>1</sup> Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

## 13.2. Venda de ativos

### 13.2.1 UPI Enerbras

Em 06 de junho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a controladora Renova Energia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da parte relaciona Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265.800.

O montante correspondente a 8% do preço (Parcela de Garantia – 3% e Parcela Diferida 5%) permanecerá reservado para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Em 11 de julho de 2022 a controladora indireta Renova Energia recebeu o montante de R\$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela controladora Renova Energia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais do Grupo Renova.

### 13.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a controladora Renova Energia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A controladora Renova Energia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais do Grupo Renova.

### 13.3. Cronograma de implantação

Em 5 de setembro de 2022 a controladora Renova Energia comunicou ao mercado que cumpriu o Estágio 3 da implantação do Complexo Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 303,6 MWs, conforme previsto nos Planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1 e 2 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro e 06 de agosto de 2022.

### 13.4. Transferência da autorização do Parque Eólico Pau Santos

Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transferiu a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo para a parte relacionada CE Unha D’Anta. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à CE Unha D’Anta todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

### 13.5 Início da operação comercial

Durante o exercício de 2022, os parques eólicos entraram em operação comercial:

<u>Parque eólico</u>	<u>Despacho ANEEL</u>	<u>Entrada em operação comercial</u>
Mulungu	2.543/2022	03/09/2022
Quina	2.472/2022	06/09/2022
Pau Santo	759/2022	22/03/2022

### 13.6 Reorganização Societária

Em 27 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia, aprovou a orientação de voto para operação de cisão parcial da parte relacionada CE Itaparica com o objetivo de retornar os ativos relacionados aos Parques Quina e Mulungu para a Companhia, detentora das respectivas autorizações junto à ANEEL.

\* \* \*

  
Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA

---